



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Sociologia do Desporto [ST 6]

O MUNDIAL DE FUTEBOL DE 2014 E A SUSTENTABILIDADE: ALGUMAS ABORDAGENS SOBRE O SÍTIO OFICIAL DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO – O PORTAL DA COPA

MARQUES, José Carlos

Doutor em Ciências da Comunicação

Universidade Estadual Paulista (UNESP – Brasil)

zeca.marques@faac.unesp.br

Resumo

Em outubro de 2007, a Federação Internacional de Futebol Associação (FIFA) elegeu o Brasil como sede da XX Copa do Mundo FIFA, evento a ser realizado em junho e julho de 2014. Quatro anos após o anúncio, o país depara-se com vários problemas: atrasos nos cronogramas de obras, liberação polêmica de recursos públicos para a reforma e construção de estádios e ausência de maior discussão em torno da sustentabilidade do evento.

Este trabalho procura analisar como vem sendo apresentada a questão da sustentabilidade nos discursos do comitê de organização do evento, publicados no Portal da Copa (<http://www.copa2014.gov.br>), sítio oficial do Governo Federal Brasileiro. O objetivo é verificar como alguns conceitos (desenvolvimento sustentável, ecoeficiência, responsabilidade socioambiental e governança corporativa) comparecem no discurso institucional do Portal da Copa e como algumas questões polemizadas pelo discurso dos media são retratadas nesse espaço.

Partimos da hipótese de que as questões vinculadas à sustentabilidade, apesar de nominadas em diversas páginas do Portal da Copa, não têm sido levadas a sério na organização do Mundial de Futebol de 2014. Desse modo, o discurso das autoridades locais aponta para ações que, à primeira vista, diferem da práxis atual. Para dar conta dessa análise, colocaremos em perspectiva o conceito de ecosofia definido pelo pensador francês Félix Guattari e ampliado pelo sociólogo francês Michel Maffesoli.

Abstract

In October 2007, the Federation Internationale de Football Association (FIFA) elected Brazil to host the XX FIFA World Cup, an event to be held in June and July 2014. Four years after the announcement, the country faces several problems: delays in construction schedules, controversial release of public funds for the renovation and construction of stadiums and no further discussion about the sustainability of the event.

This paper analyzes has been presented as the issue of sustainability in the speeches of the organizing committee of the event, published in Portal Cup (<http://www.copa2014.gov.br>), the official website of the Brazilian Federal Government. The goal is to see how some concepts (sustainable development, eco-efficiency, environmental responsibility and corporate governance) show up in the institutional discourse of the Portal Cup and how some issues of the media are portrayed in this space.

We start from the assumption that the issues related to sustainability, although nominated in several pages of the Portal Cup, have not been taken seriously in the organization of World Cup 2014. Thus, the discourse of the local authorities points to actions that, at first glance, differ from current practice. To account for this analysis, put into perspective the concept of ecosophy defined by the French philosopher Felix Guattari and extended by the French sociologist Michel Maffesoli.

Palavras-chave: Mundial-2014 de Futebol; Brasil; sustentabilidade; Portal da Copa; ecosofia.

Keywords: World Cup-2014, Brazil; sustainability; Portal Cup; ecosophy.

1. Introduçãoⁱ

Em 30 de outubro de 2007, a Federação Internacional de Futebol Associação (FIFA) – entidade que regulamenta a prática do futebol em todo o mundo – elegeu o Brasil como sede da XX Copa do Mundo FIFA, evento global a ser realizado nos meses de junho e julho de 2014. Quatro anos após esse anúncio, o país depara-se ainda com alguns problemas ligados a infra-estruturas (transportes e acessibilidades), com atrasos na construção e/ou reforma de estádios, com a polêmica em torno da liberação de recursos públicos para a realização das obras e com a ausência de uma discussão mais séria em torno da sustentabilidade do evento.

Diante desse cenário, o tema e objeto desta comunicação é analisar como vem sendo apresentada a questão da sustentabilidade nos discursos do comitê de organização do evento publicados no Portal da Copa (<http://www.copa2014.gov.br/>), sítio oficial do Governo Federal Brasileiro. Com versões de texto em três idiomas (português, espanhol e inglês), o veículo procura ser um porta-voz das autoridades brasileiras na divulgação de notícias e de informações sobre a organização da Copa do Mundo de 2014. O objetivo deste estudo é verificar como os principais conceitos relacionados à sustentabilidade (como desenvolvimento sustentável, ecoeficiência, responsabilidade socioambiental e governança corporativa, por exemplo) comparecem no discurso institucional do Portal da Copa e como algumas questões polemizadas pelo discurso dos media são retratadas nesse espaço.

Partimos da hipótese de que as questões vinculadas à sustentabilidade, apesar de nominadas em diversas páginas do Portal da Copa, não têm sido tão levadas a sério na organização do Mundial de Futebol de 2014. Desse modo, o discurso das autoridades locais aponta para ações que, à primeira vista, diferem da práxis atual. O conceito do “Triple Bottom Line”, ratificado pela ONU (Organização das Nações Unidas) e elaborado pelo economista britânico John Elkington – o qual defende a viabilidade econômica do negócio, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade social (Profit, Planet, People) – parece não estar sendo considerado na organização do evento esportivo.

Para dar conta dessa análise, colocaremos ainda em perspectiva o conceito de *ecosofia* definido pelo pensador francês Félix Guattari (segundo o qual o equilíbrio ambiental deveria incluir a subjetividade humana, o meio-ambiente e as relações sociais) e ampliado pelo sociólogo francês Michel Maffesoli (para quem algumas práticas cotidianas da contemporaneidade estariam recuperando valores naturais e arcaicos).

2. Os conceitos da sustentabilidade e a ecosofia

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 na Assembléia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), publicou o relatório *Nosso Futuro Comum*, resultado de um trabalho desenvolvido por secretários de governos, líderes empresariais e representantes da sociedade de diferentes países. De acordo com esse relatório, “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”. Desde então, essa tem sido uma das versões mais bem aceitas para a conceituação de “sustentabilidade” ou “desenvolvimento sustentável” – temas que, a partir do final do século XX, começaram a pautar a gestão e a comunicação organizacional de diferentes instituições em todo o mundo.

No Brasil, o meio empresarial e os media sensibilizaram-se com a questão da sustentabilidade de forma mais flagrante a partir de 1992, quando da realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como ECO-92 e realizada em junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro. Já em 2000, a ONU voltou a dar seu contributo para a difusão do conceito de sustentabilidade com a divulgação das “8 Metas do Milênio” – acordo aprovado por 191 países membros e que inclui, entre outras questões, o trabalho em prol do desenvolvimento, a busca da qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente.

Em linhas gerais, os preceitos canônicos estabelecidos no campo empresarial para a definição da sustentabilidade e da responsabilidade social corporativa obedecem ao conceito do “Triple bottom line”. Elaborado pelo economista inglês John Elkington na década de 1990, esse tripé serviu para dar conta das três dimensões básicas da sustentabilidade: a viabilidade econômica do negócio, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade social (Ver Figura 1). Atualmente, trata-se de um conceito ratificado pela ONU.



Figura 1. Triple Bottom Line – Tripé da Sustentabilidade, definido por John Elkington.

Para ampliar a compreensão desse conceito, entretanto, convém ampliar seu alcance com a contribuição de definições. Na obra *Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial – a administração do Terceiro Setor*, por exemplo, Francisco Paulo de Melo Neto e César Froes afirmam que o exercício da responsabilidade social e da cidadania empresarial está fundamentado em torno de **sete vetores** de ação: 1) o apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua; 2) a preservação do meio ambiente; 3) o investimento no bem-estar dos funcionários e seus dependentes e num ambiente de trabalho agradável; 4) a transparência nas comunicações; 5) o retorno aos acionistas; 6) a sinergia com os parceiros; e 7) a satisfação dos clientes e/ou consumidores. Além disso, a responsabilidade social derivaria do consumo feito pela empresa dos recursos naturais (que são de propriedade da humanidade), dos capitais financeiros e tecnológicos, da capacidade de trabalho que pertence a pessoas físicas e do apoio que recebe do Estado, fruto da mobilização da sociedade.

Assim, a responsabilidade social deveria ser entendida como um compromisso da organização com relação à sociedade e à humanidade em geral, e como uma forma de prestação de contas de seu desempenho, baseada na apropriação e no uso de recursos que originariamente não lhe pertencem. Se a empresa obtém recursos da sociedade, é seu dever restituí-los não apenas sob a forma de produtos e serviços comercializados, mas principalmente por meio de ações sociais voltados para a solução de problemas da coletividade. Por conseguinte, a responsabilidade social deveria envolver os seguintes aspectos: direitos humanos; direitos dos empregados; direitos dos consumidores; envolvimento comunitário; relação com fornecedores; monitoramento e avaliação do desempenho; direitos dos grupos de interesse.

Mas como mensurar o compromisso das organizações diante dessas novas formas de gerir os recursos e as riquezas de modo sustentável? Um dos modelos para se avaliar a responsabilidade social e a governança corporativa é a proposta presente no texto “As dimensões da responsabilidade social: uma proposta de instrumento para avaliação”, de Ricardo Rodrigues Silveira de Mendonça (em **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. Vol. II, São Paulo: Peirópolis – Instituto Ethos, 2003), que

estabeleceu um modelo a partir dos indicadores Ethos (organização não-governamental brasileira que se tornou a maior referência no país no estabelecimento de metas e padrões para a responsabilidade social). Mendonça estabelece 36 itens para medição do comprometimento da empresa com a causa da sustentabilidade; destacamos cinco deles, para entender a ação do Portal da Copa:

- A empresa dissemina as dimensões da Responsabilidade Social nas suas declarações de visão e missão?
- A empresa produz estudo de impacto da cadeia produtiva e do ciclo de vida dos produtos com os fornecedores?
- A empresa possui política formal de antecipar-se às demandas da comunidade?
- A empresa exerce posição de liderança em seu segmento de mercado nas questões relacionadas ao combate de práticas comerciais condenáveis, com o intuito de alcançar padrões transacionais pautados na ética?
- A empresa define indicadores de desempenho e discute-os com as partes interessadas (stakeholders) e cria mecanismos para assegurar que os canais de comunicação sejam acessíveis e eficazes?

Já para o Instituto Ethos, principal Organização Não-Governamental brasileira engajada com as práticas da sustentabilidade, responsabilidade social “É uma forma de conduzir os negócios de tal maneira que torna a empresa parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.”

Todas essas definições acabam fazendo par com a proposta do filósofo francês Félix Guattari (1990), que sugere uma recomposição das práticas sociais e individuais agrupadas a partir de três rubricas complementares: a ecologia social, a ecologia mental e a ecologia ambiental. Essas três rubricas estariam agrupadas sob a égide éticoestética de uma ecosofia.

A ecosofia social consistirá, portanto, em desenvolver práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser no seio do casal, da família, do contexto urbano, do trabalho etc. Certamente seria inconcebível pretender retornar a fórmulas anteriores, correspondentes a períodos nos quais, ao mesmo tempo, a densidade demográfica era mais fraca e a densidade das relações sociais mais forte que hoje. A questão será literalmente reconstruir o conjunto das modalidades do ser-em-grupo. E não somente pelas intervenções "comunicacionais", mas também por mutações existenciais que dizem respeito à essência da subjetividade. (Guattari, 1990, p. 15)

Para Guattari, as formações políticas e as classes executivas estariam incapacitadas de perceber a questão a partir de suas implicações múltiplas, uma vez que, apesar de terem começado a se importar com o meio ambiente natural que cerca nossas sociedades, eles ainda estariam presos a abordar apenas o campo dos danos industriais, sob uma perspectiva tecnocrática. Assim,

só uma articulação ético-política — a que chamo ecosofia — entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões. O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico. (Guattari, 1990, p. 8)

O interessante é apor o conceito de ecosofia cunhado por Guattari à definição de ecosofia proposta pelo sociólogo francês Michel Maffesoli (para quem algumas práticas cotidianas da contemporaneidade estariam recuperando valores naturais e arcaicos):

Talvez seja esse conhecimento que renasce como uma espécie de ecosofia que ainda não sabe como nomear-se. Que não consegue, seguramente, teorizar-se, mas que, na vida cotidiana, vive-se na moradia, na alimentação, na vestimenta. Nesses diversos elementos que formam a verdadeira cultura, não são mais a separação e o corte que prevalecem, não é mais a razão universal que vai servir como padrão. (...) É esse o âmago dessa ecosofia que está em pauta. Insisto em dizer, são práticas da vida corrente. Vividas mais do que pensadas. E, em todo caso, pouco reconhecidas pelas instituições sociais. Mesmo a ecologia política que permanece no jogo obsoleto dos partidos políticos é estranha à ecosofia, exatamente no que ela fica obnubilada pelas fendas e dicotomias que fizeram a alegria das teorias modernas (Maffesoli, p. 101)

De que forma o Portal da Copa dá conta desses compromissos? Como o Governo Federal do Brasil dialoga com essas questões na organização do maior evento esportivo do planeta – o Mundial de Futebol, a ser realizado em 2014 no país? Alguns dos maiores pecados na elaboração de um veículo para a prestação de contas à sociedade são justamente o de ignorar em suas páginas alguns temas incômodos (como política, corrupção, uso de recursos públicos etc.) e o de escamotear as deficiências da organização diante de metas não alcançadas. Ou, como diz Wilson Bueno,

O problema não é a divulgação do trabalho feito em prol da comunidade. Esse trabalho, aliás, deve ser realizado com competência, de modo a estimular novas iniciativas e posicionar a empresa ou entidade como socialmente responsável, colocando-a de forma transparente para a avaliação por parte dos públicos de interesse e da sociedade. O questionamento se endereça às organizações que tentam, por um esforço de comunicação e marketing, manipular a opinião pública, vendendo uma cara e alma que não são suas. (BUENO: 2002, 45)

Na tentativa de responder às questões acima elencadas, propomo-nos a analisar o Portal da Copa e suas formas de comunicar os conceitos da sustentabilidade.

O Portal da Copa

Mundial de Futebol 2014 é uma organização conjunta da própria entidade que regulamenta o futebol em todo o mundo (a FIFA), em parceria com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF, entidade que organiza essa modalidade esportiva no país), mais o Governo Federal Brasileiro. Enquanto as duas primeiras entidades representam organismos privados, o terceiro é um ator público, do qual se deve esperar acima de tudo o cumprimento de princípios básicos de um Estado de Direito (como a transparência, a eliminação do abuso dos poderes públicos e a garantia de direitos do cidadão).

Para comunicar-se com a sociedade a respeito do Mundial da FIFA de 2014, o Governo Federal do Brasil criou o Portal da Copa (<http://www.copa2014.gov.br/>), “O Site do Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo FIFA 2014”, que conta com versões em português, inglês e espanhol (Ver Figura 2).



Figura 2. Portal da Copa (página sobre transparência)

O Portal da Copa apresenta uma estrutura simples, com uma Home Page que condensa os mesmos conteúdos que se dividem num menu com 6 opções: **Home / Sobre a Copa / Cidades-Sede e Arenas / Notícias / Vídeos / Contato**. Desses seis itens, dois deles trazem algumas subdivisões em novas páginas. O “Sobre a Copa” contém os seguintes subitens:

- A Copa de 2014
- Biblioteca
- Câmaras Temáticas
- Ciclos de Planejamento
- Estrutura de Governança
- Grandes Números
- Matriz de Responsabilidades
- Transparência
- Curiosidades e Depoimentos

Já o “Cidades-Sede e Arenas” apresenta a lista, em ordem alfabética, das 12 cidades (e seus respectivos estádios) em que serão realizadas as partidas do Mundial. São elas:

- Belo Horizonte - Mineirão

- Brasília - Estádio Nacional
- Cuiabá - Arena Pantanal
- Curitiba - Arena da Baixada
- Fortaleza - Castelão
- Manaus - Arena da Amazônia
- Natal - Arena das Dunas
- Porto Alegre - Beira-Rio
- Recife - Arena Pernambuco
- Rio de Janeiro - Maracanã
- Salvador - Fonte Nova
- São Paulo - Arena de Itaquera

Para nos darmos conta da importância que o evento representa para as autoridades governamentais, cabe informar que, no dia 14 de janeiro de 2010, o próprio Governo Federal Brasileiro, ainda na gestão do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, publicou um decreto que criava o Comitê Gestor da Copa, o CGCOPA 2014. Já em 26 de julho de 2011, um novo decreto, sancionado pela presidente Dilma Rousseff (candidata que assumiu o mandato em janeiro de 2011 e que pertence ao mesmo partido – o Partido dos Trabalhadores – de Lula da Silva), atualizou o texto original e incluiu novas repartições governamentais na supervisão e aprovação de obras relacionadas ao Mundial de Futebol de 2014. Atualmente, há ao todo, 25 ministérios e secretarias com status de ministério integrando o CGCOPA.

Além disso, o Governo Federal criou nove Câmaras Temáticas para a gestão da organização do evento e para garantir “legados ao país”. São elas:

- Estádios
- Meio ambiente e sustentabilidade
- Cultura, Educação e Ação Social
- Saúde
- Desenvolvimento Turístico
- Segurança
- Promoção Comercial e Tecnológica
- Infraestrutura
- Transparência

Como se pode verificar, as nove Câmaras Temáticas apresentam um leque diversificado dos elementos que, para o Governo Brasileiro, são fundamentais na organização de um evento como o Mundial de Futebol. Seguindo o tripé da sustentabilidade definido por John Elkington e ratificado pela ONU, vemos que a Performance Ambiental está diretamente relacionada com a Câmara de “Meio ambiente e sustentabilidade”. A Performance Social está contemplada em pelo menos três outras Câmaras: “Cultura, Educação e Ação Social”, “Saúde” e “Segurança”. Já a Performance Econômica comparece nas Câmaras “Estádios” (espaço em que o “negócio” terá lugar), “Desenvolvimento Turístico”, “Promoção Comercial e Tecnológica” e “Infraestrutura”. O conceito da transparência está representada por meio de uma Câmara específica. Todas as

Câmaras, portanto, estão devidamente alinhadas com as preocupações contemporâneas que envolvem a sustentabilidade de qualquer atividade humana

Chama a atenção o fato de que, para além de estar representado por uma Câmara específica, o conceito da transparência aparece numa página específica do Portal da Copa (<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/sobre-a-copa/transparencia-0> - Ver Figura 2). Trata-se de um conteúdo que, ao lado da página sobre a “Estrutura de Governança” (<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/sobre-a-copa/estrutura-de-governanca>), dão conta de outra questão importante para o gerenciamento de atividades econômicas no novo milênio: a Governança Corporativa.

Embora o conceito de Governança Corporativa seja mais adequado para a compreensão da gestão de empresas com ações em bolsa, vale a pena nos debruçarmos sobre algumas de suas dimensões, tendo em vista a possibilidade de aplicação de alguns elementos ao Portal da Copa. Em linhas gerais, a Governança corporativa é o conjunto de processos, regras e atores envolvidos (*stakeholders* ou grupos de interesse) que regulam a maneira como uma organização é gerida e controlada (Benedicto, 2008).

Diante de qualquer organização ou empresa, sempre há a possibilidade de existirem “forças de controle que podem minimizar problemas causados por divergências entre as decisões tomadas internamente e aquelas que seriam melhores do ponto de vista da sociedade” (Machado Filho, 2006). Esses mecanismos de controle podem ser classificados em externos (o mercado de capitais e de investimentos, os marcos regulatórios etc.) e internos (o papel dos conselhos fiscal, administrativo e outros). No caso do Portal da Copa, a sociedade brasileira poderia representar o grande mecanismo de controle interno, por meio de ações e de práticas que garantissem maior participação do cidadão. Na prática, porém, isso não ocorre, já que opções políticas têm se sobreposto a questões técnicas, com efetivo prejuízo da sustentabilidade.

Uma das questões pouco debatidas nesse sentido diz respeito à distância entre as cidades que sediarão partidas do Mundial de 2014: pela primeira vez na história da FIFA, um torneio mundial desenrolar-se-á por 12 cidades tão espalhadas territorialmente, caso do perfil continental do Brasil, que conta com cerca de 8,5 milhões de quilômetros quadrados (quinto maior país do mundo em área territorial). Para se ter maior dimensão dessa extensão, basta referir que, em linha reta, a distância Leste-Oeste do país é de 4.328 km. Já a distância Norte-Sul, também em linha reta, é de 4.320 km.

Ao distribuir os locais em que seriam realizadas as partidas, o Governo Federal Brasileiro não quis repetir a experiência da África do Sul, que, na organização do Mundial de 2010, optou por utilizar 10 estádios, distribuídos por nove cidades (Johanesburgo teve dois estádios escolhidos). O Brasil talvez tenha se espelhado na experiência alemã, que na organização do Mundial de 2006 empregou 12 estádios, distribuídos por 12 cidades. A diferença é que o território alemão compreende uma área de “apenas” 357.051 quilômetros quadrados (pouco mais de 4% do território brasileiro). O maior problema é que, contrariando uma tradição histórica da FIFA em manter os selecionados na mesma sede durante as diferentes fases do torneio, desta vez as equipes que disputarão o Mundial terão deslocamentos extremos (selecionados poderão atuar no Sul do país numa ronda e ter que viajar para o Norte na ronda seguinte).

Assim, a definição das cidades-sede do Mundial-2014 no Brasil, longe de pensar numa economia de recursos, pretendeu privilegiar a exposição e o fluxo turístico em torno de regiões que simbolizam espécies de *ex-libris* do país. São os casos emblemáticos de pelo menos duas cidades com pequeníssima participação futebolística no panorama nacional, como Manaus (que representa a Amazônia) e de Cuiabá (representante de parte do Pantanal). Nesse mesmo quesito, Brasília também possui diminuta representatividade no panorama futebolístico nacional, mas justifica sua presença como sede por ser a capital nacional. Nestes três casos, temos três cidades que sequer possuem clubes participantes das Séries A e B (correspondentes à primeira e à segunda divisões) do Campeonato Brasileiro. De todo modo, qual a sustentabilidade possível num evento que, em seu próprio formato, já prevê tantos deslocamentos de atletas, equipes técnicas, dirigentes, jornalistas, adeptos e do público em geral? Qual o racionamento possível num torneio que, de antemão, propõe institucionalmente um rodízio pelas diferentes regiões do país, como se estivéssemos numa gincana turística?

Essas questões, no entanto, não comparecem no discurso do Portal da Copa – nem sob a ótica de uma possível problematização da questão. Ao contrário, o que se vê é a divulgação de números grandiosos, apresentados sempre de forma eufórica, a partir daquilo que o Mundial trará ao país: incremento no consumo e aumento de recursos gerados com a vinda de turistas, investimentos em infraestruturas, crescimento do PIB etc. É o caso do subitem “Grande números”, vinculado ao link “Sobre a Copa” (Ver Figura 3):



Figura 3. Exemplo de informação eufórica no Portal da Copa.

A divulgação dessas cifras destoa da impressão geral, segundo a qual o país estaria se deparando com vários problemas estruturais no que diz respeito a transportes, acessibilidades, estruturas aeroportuárias e construção/reforma de estádios. Os atrasos nas obras e os orçamentos hiperdimensionados poderiam evidenciar alguma forma de se fomentar a corrupção junto a órgãos governamentais? O uso maciço de recursos públicos, advindos de bancos estatais, justificar-se-ia no caso da construção de estádios privados, como é o caso da arena construída na cidade de São Paulo? Trata-se de questões que não ganham espaço nem debate no Portal da Copa, e as várias notícias ali publicadas (reunidas no link “Notícias”) procuram sempre compro uma imagem convergente e quase despida de conflitos.

Até mesmo o imbróglio quase diplomático que envolveu o Governo Brasileiro e a FIFA no início de 2012 acabou sendo minimizado pelo Portal. No dia 2 de março, o Secretário-Geral da FIFA, Jérôme Valcke, numa entrevista em inglês, afirmou que o Brasil precisava levar um “pontapé no traseiro” (sic), numa crítica aguda ao atraso nas obras referentes ao Mundial-2014. A declaração foi interpretada pelo Governo Brasileiro como uma ofensa à soberania nacional. O Ministro dos Esportes do Brasil, Aldo Rebelo, reagiu imediatamente, dizendo que não considerava mais o Sr. Valcke como um interlocutor do Governo com a Fifa. O Assessor Especial para Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia, foi além e afirmou que o secretário da FIFA era “um vagabundo, um boquirroto” (sic).

No Link “Notícias” do Portal da Copa, a primeira notícia sobre o caso foi publicada no dia 3 de março, intitulada Ministro rebate crítica e veta secretário-geral da FIFA como interlocutor da Copa

(<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/governo-exige-novo-interlocutor-na-fifa-para-assuntos-de-copa>).

Ao longo daquela semana, outras cinco notícias faziam alusão ao caso (ver quadro abaixo) – quase todas priorizando a retratação promovida pela FIFA e o apaziguamento das relações:

Data	Título da Matéria
05/03/2012	Ministro oficializa pedido de novo interlocutor de Copa à FIFA
05/03/2012	Secretário geral da FIFA envia carta de desculpas ao ministro do Esporte
06/03/2012	Presidente da FIFA também pede desculpas ao governo brasileiro
06/03/2012	Presidente da FIFA garante a Ministro do Esporte que "episódio Valcke" não se repetirá
08/03/2012	Governo aceita desculpas da FIFA e exige que episódio não se repita

A resolução do conflito parecia já anunciada com o armistício de uma notícia publicada no dia 7 de março: “Em entrevista ao site da Conmebol, Blatter fala de um Mundial extraordinário em 2014”. Portanto, mesmo diante de uma questão conflituosa e polêmica como o atraso nas obras do Mundial-2014 – algo que poderia dar margem a um debate público mais alargado –, o Portal da Copa preferiu silenciar-se em prol de uma unidade corporativa.

Considerações Finais

O Portal da Copa caracteriza-se por representar uma prestação de contas da organização do Mundial da FIFA 2014, tendo como público seus grupos de interesse (*stakeholders*) e a sociedade, de forma geral. Não se pode ignorar, no entanto, o caráter marcadamente publicitário que o Portal adquiriu, ao servir de poderosa ferramenta de marketing e de divulgação das ações do Governo Federal Brasileiro. Afinal de contas, o Portal é elaborado, aprovado e publicado pelos próprios órgãos governamentais; não se trata de conteúdos isentos, auditados por organizações autônomas e independentes. Como toda publicação organizacional, ele deve criar uma familiaridade e integração entre a organização e seus públicos-alvo. Através da informação, ela amplia a visibilidade das ações, projetando uma imagem positiva e aumentando a confiança em relação a sua atuação.

De todo modo, no caso de um veículo de comunicação com a grandeza do Portal da Copa, deve-se levar em conta que a visibilidade de suas páginas não pode fragilizar o Governo a partir da divulgação de informações incorretas ou inverídicas. Nesse sentido, o Portal tem incluído em suas páginas alguns temas agudos, colocando em debate questões polêmicas, como o atraso de obras para o evento.

Obviamente, porém, ao mesmo tempo em que assume algumas responsabilidades, o próprio Portal apresenta sua defesa e relata todas as ações positivas realizadas, por meio de uma comunicação mais convergente e consoante, fazendo prevalecer uma voz institucional que procurará ilibar as responsabilidades “corporativas”. Nesse sentido, os conceitos que orbitam em torno da sustentabilidade (como a transparência, o uso reacional de recursos e o tripé da sustentabilidade) ou da ecosofia preconizada por Guattari e Maffesoli compõem de uma forma no discurso e de outra forma na prática.

Assim, embora distante de apresentar uma visão mais imparcial e isenta dos acontecimentos que cercam a organização do Mundial de Futebol, o Portal da Copa ainda poderia significar uma tentativa de diálogo mais franco com a sociedade. Para tanto, seria necessário que o Governo Federal Brasileiro não se furtasse a

assumir erros e fragilidades de forma mais clara, o que implicaria em manter a transparência em suas ações e na forma de comunicá-las. O Portal da Copa, no entanto, representa acima de tudo uma importante ferramenta de marketing para a divulgação da organização do Mundial de futebol perante seus públicos, fazendo-o por meio de discursos eufóricos e não conflitantes.

Referências bibliográficas

- BENEDICTO, Gideon Carvalho de (2008). **Ética, responsabilidade social e governança corporativa**. Campinas: Alínea.
- Bueno, Wilson da Costa (2002). **Comunicação empresarial: teoria e pesquisa**. São Paulo: Manole.
- Guattari, Félix (1990). **As três ecologias**. (Tradução Maria Cristina F. Bittencourt) Campinas: Papirus.
- Maffesoli, Michel (2010). **Saturação**. (Tradução Ana Goldberger) São Paulo: Iluminuras / Itaú Cultural.
- Melo Neto, Francisco Paulo de & FROES, César (1999). **Responsabilidade social & cidadania empresarial – a administração do Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: Qualitynark.
- **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades** (2003). V. II, São Paulo: Peirópolis – Instituto Ethos.
- Machado Filho, Cláudio Pinheiro. (2006) “Governança Corporativa e Responsabilidade Social” (Cap. 4), em **Responsabilidade Social e Governança** – o debate e as implicações. São Paulo: Pioneira-Thompson.

ⁱ A apresentação deste trabalho no VII Congresso Português de Sociologia contou com o auxílio da FUNDUNESP – Fundação para o desenvolvimento da UNESP.